

**MUNICÍPIO DE CANHOTINHO**  
**Estado de Pernambuco**

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO**  
**2020**





## 1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DE JANEIRO A DEZEMBRO/2020

O planejamento do Município, expresso no PPA 2018/2021, revisado para o último exercício de sua vigência, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Municipal/2020, contemplou as ações relativas ao funcionamento regular das atividades dos órgãos e unidades municipais e a prestação de serviços públicos essenciais, assim como a possibilidade de epidemia e calamidade pública, constando inclusive uma reserva de contingência para essas situações. A seguir são apresentados os valores e os resultados seguindo a ordem expressa no sumário.

### 1.1. RECEITA E DESPESAS ORÇADAS NA LOA

A Lei nº 1.664, de 31 de outubro de 2019, que aprovou o orçamento municipal para o exercício de 2020, estimou as receitas em R\$ 73.800.000,00 e fixou as despesas em igual valor.

#### 1.1.1. RESUMO DAS RECEITAS ESTIMADAS

I - Receitas Correntes.....	R\$ 70.152.000,00
II - Receitas de Capital.....	R\$ 1.615.000,00
III - Receitas Intraorçamentárias	<u>R\$ 2.033.000,00</u>
Total das Receitas Previstas.....	R\$ 73.800.000,00

#### 1.1.2. RESUMO DAS DESPESAS FIXADAS

I - Despesas Correntes.....	R\$ 64.234.000,00
II - Despesas de Capital.....	R\$ 5.367.000,00
III - Despesas Intraorçamentárias	R\$ 2.033.000,00
IV - Reserva de Contingência.....	<u>R\$ 2.166.000,00</u>
Total das Despesas Fixadas.....	R\$ 73.800.000,00

### 1.2. RECEITAS ARRECADADAS

No exercício de 2020 a execução orçamentária registrou a seguinte arrecadação:

I - Receitas Correntes.....	R\$ 64.377.413,32
II - Receitas de Capital.....	R\$ 1.274.008,53
III - Receitas Intraorçamentárias	<u>R\$ 1.862.382,38</u>
Total arrecadado.....	R\$ 67.513.804,23
Percentual da receita orçada.....	91,48%





O município ficou abaixo da expectativa de arrecadação em 8,52% que corresponde a R\$ 6.286.195,77 sobre o total previsto na LOA.

### 1.3. DESPESAS REALIZADAS

A fase de execução da despesa tem três estágios estabelecidos pela Lei Federal nº 4.320/1964, quais sejam: empenho, liquidação e pagamento.

O empenho pode ser ordinário, estimativo e global. Os empenhos estimativos compreendem as despesas que serão realizadas, todavia não se conhece o montante exato no exercício. Exemplo: despesas com pessoal, água, luz e telefone.

Os empenhos globais compreendem os valores totais da contratação, como no caso de obras e serviços, que se empenha pelo valor total do contrato.

A liquidação da despesa ocorre quando o credor comprova que executou a etapa da obra ou serviço e/ou o fornecedor entregou os produtos, comprovando a execução e juntando os documentos fiscais respectivos.

A despesa só pode ser paga após ser regularmente liquidada.

No montante de despesas empenhadas encontram-se empenhos estimativos para todo o exercício, como despesas com pessoal para as 12 folhas do ano e mais o 13º salário, bem como as respectivas contribuições previdenciárias, todavia a despesa só será efetivamente executada a cada mês e será paga com os recursos que forem sendo arrecadados no período.

#### 1.3.1. DESPESAS EMPENHADAS POR GRUPO

I - Despesas Correntes.....	<u>R\$ 65.252.749,39</u>
a) Pessoal e Encargos Sociais.....	R\$ 41.293.860,77
b) Juros e Encargos de Dívida.....	R\$ 7.548,62
c) Outras Despesas Correntes.....	R\$ 23.951.340,00
II - Despesas de Capital.....	<u>R\$ 7.022.784,54</u>
a) Investimentos.....	R\$ 6.708.641,54
b) Inversões financeiras.....	R\$ 0,00
c) Amortização de Dívida .....	R\$ 314.143,00
III - Despesa Intraorçamentária.....	<u>R\$ 4.114.742,48</u>
IV - Despesa Total .....	R\$ 76.390.276,41





### 1.3.2. DESPESA LIQUIDADA POR GRUPO

Como citado anteriormente, a liquidação da despesa ocorre quando o credor cumpre suas obrigações contratuais, ou seja, executa a obra, presta os serviços, entrega os bens adquiridos pelo município e apresenta os documentos fiscais respectivos, para processamento da liquidação.

É importante que a despesa liquidada seja inferior a receita arrecadada, para não ocorrerem despesas sem lastro financeiro.

#### Despesa Liquidada:

I – Despesas Correntes.....	<u>R\$ 65.209.892,12</u>
a) Despesas c/ Pessoal e encargos sociais	R\$ 41.293.860,77
b) Juros e encargos de dívida.....	R\$ 7.548,62
c) Outras despesas correntes.....	R\$ 23.908.482,73
II – Despesas de Capital.....	<u>R\$ 4.310.493,00</u>
a) Investimentos.....	R\$ 3.996.350,00
b) Amortização de dívida.....	R\$ 314.143,00
III - Despesa Intraorçamentaria.....	<u>R\$ 4.114.742,48</u>
Total.....	R\$ 73.635.127,60
Percentual da despesa liquidada.....	99,77%

### 1.3.3. DESPESAS PAGAS

I – Despesas Correntes.....	<u>R\$ 63.347.039,39</u>
d) Despesas c/ Pessoal e encargos sociais	R\$ 41.009.815,70
e) Juros e encargos de dívida.....	R\$ 7.548,62
f) Outras despesas correntes.....	R\$ 22.329.675,07
II – Despesas de Capital.....	<u>R\$ 4.274.252,85</u>
c) Investimentos.....	R\$ 3.960.109,85
d) Amortização de dívida.....	R\$ 314.143,00
III - Despesa Intraorçamentária.....	<u>R\$ 1.582.077,84</u>
Total da despesa paga no período.....	R\$ 69.203.370,08





#### 1.4. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

No art. 8º, inciso I, alínea “a” da Lei nº 1.664, de 31 de outubro de 2019, que aprovou o Orçamento do Município para 2020, consta autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 40% da despesa fixada, que corresponde a R\$ 29.520.000,00.

De janeiro a dezembro/2020 foram abertos créditos suplementares relativos ao limite supracitado no montante de R\$ 25.882.724,30. Representa 35,07%.

### 2. GESTÃO FISCAL

O Modelo Brasileiro de Responsabilidade Fiscal está sintetizado no § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. A Gestão Fiscal responsável é aquela onde os gestores cumprem os pressupostos constantes na referida Lei.

#### 2.1. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

O art. 2º da LRF define Receita Corrente Líquida e estabelece o período de apuração, considerando o mês de referência e nos onze anteriores.

Receita Corrente Líquida Ajustada..... R\$ 62.158.288,86

#### RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Competência	Valor
Janeiro	5.501.405,95
Fevereiro	5.536.224,81
Março	4.302.709,07
Abril	4.405.788,57
Maio	3.908.529,76
Junho	4.730.566,69
Julho	7.094.592,66
Agosto	6.457.418,39
Setembro	4.521.029,22
Outubro	4.835.163,74
Novembro	4.562.992,45
Dezembro	6.401.867,55
<b>Total RCL</b>	<b>62.258.288,86</b>
Transf. Emendas	100.000,00
<b>RCL Ajustada</b>	<b>62.158.288,86</b>





## 2.2. DESPESA TOTAL COM PESSOAL

O conceito de Despesas com Pessoal consta do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Na apuração das despesas de pessoal são considerados 12 (doze) meses, o mês de referência e os onze meses anteriores.

Na tabela abaixo consta a despesa com pessoal já deduzidos os valores que a Lei Complementar nº 101/2000 permite abater.

### DESPESAS COM PESSOAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Competência	Valor
Janeiro	2.028.245,65
Fevereiro	2.550.821,22
Março	2.910.229,32
Abril	2.554.049,28
Maio	2.498.350,18
Junho	2.435.407,79
Julho	2.624.607,26
Agosto	2.612.502,76
Setembro	2.663.664,38
Outubro	3.073.172,99
Novembro	1.602.811,11
Dezembro	6.076.573,09
<b>Total</b>	<b>33.630.435,03</b>

## 2.3. DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

<b>Receita Corrente Líquida Ajustada.....</b>	<b>R\$ 62.158.288,86</b>
<b>Despesa com Pessoal.....</b>	<b>R\$ 33.630.435,03</b>
<b>Percentual de Comprometimento.....</b>	<b>54,10%</b>
Limites da Lei Complementar nº 101/2000:	
Limite máximo, 54,00% da RCL.....	R\$ 33.565.475,98

Observa-se que o Poder Executivo está acima do limite máximo de gastos com pessoal em relação a receita corrente líquida.

## 3. APLICAÇÃO NO ENSINO

### 3.1 RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS

A receita resultante de impostos compreende os impostos municipais arrecadados pela Prefeitura e as Transferências Constitucionais e Legais respectivas.





O Anexo 8 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária discrimina as receitas resultantes de impostos e as receitas do Fundeb arrecadadas em cada bimestre e no acumulado do exercício. Pode ser verificado detalhadamente.

Valor da receita de impostos no período..... R\$ 31.546.080,84

### 3.2 RECEITAS DO FUNDEB

O FUNDEB é formado por 20% das principais receitas resultantes de impostos, no âmbito de cada Estado, compreendendo as parcelas de cada Município e do próprio Estado, todavia, a distribuição ao Município é feita pela quantidade de alunos, de acordo com os valores definidos anualmente.

No Município que possui uma rede municipal de ensino com muitos alunos, recebe mais recursos do que contribui para formar o Fundeb. No Demonstrativo Anexo 8 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), consta a discriminação de receitas e despesas relacionadas com o ensino.

RECEITAS DO FUNDEB	FUNDEB		RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.492.200,00	5.492.200,00	5.615.842,49	102,25
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.959.400,00	3.959.400,00	4.088.947,89	103,27
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.372.000,00	1.372.000,00	1.376.682,72	100,34
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.600,00	2.600,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	7.000,00	7.000,00	4.451,95	63,60
10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB – (20% de 2.5)	1.800,00	1.800,00	1.532,03	85,11
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	149.400,00	149.400,00	144.227,90	96,54
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	17.805.000,00	17.805.000,00	16.533.865,64	92,86
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	16.228.000,00	16.228.000,00	15.049.090,40	92,74
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	1.556.000,00	1.556.000,00	1.481.943,50	95,24
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	21.000,00	21.000,00	2.831,74	13,48
<b>12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	10.735.800,00	10.735.800,00	9.433.247,91	87,87

Observa-se que o valor total da receita do Fundeb soma R\$ 16.533.865,64, consta neste montante os valores relativos à Complementação da União ao FUNDEB, R\$ 1.481.943,50.

### 3.3 VALOR APLICADO NO ENSINO

Valor da receita de impostos no período..... R\$ 31.546.080,84

Despesas Aplicadas no Ensino após deduções. R\$ 8.931.597,24

### 3.4 VALORES APLICADOS COM RECURSOS DO FUNDEB

Receitas totais do FUNDEB..... R\$ 16.533.865,64

Valor mínimo a ser aplicado 60%..... R\$ 9.920.319,384





### 3.5 DESPESAS COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Resumo das despesas com profissionais da educação básica:

Gastos com profissionais da educação básica R\$ 11.149.690,18

### 3.6 % DO FUNDEB GASTO COM PROFISSIONAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Percentual ..... 67,44%

## 4 APLICAÇÃO EM SAÚDE

### 4.4 RECEITAS PARA APLICAÇÃO EM SAÚDE

Receitas de Impostos destinadas a aplicação em ações e serviços públicos de saúde arrecadadas no período..... R\$ 29.704.077,56

Valor mínimo a ser aplicado..... R\$ 4.455.611,63

### 4.5 DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Despesas com ações e serviços públicos de saúde custeadas com recursos de impostos, para efeito de cumprimento do limite legal.

Aplicação efetivada em saúde no período.... R\$ 6.153.241,42

### 4.6 DESPESA TOTAL COM SAÚDE, CUSTEADA COM TODAS AS FONTES

Despesa total com saúde realizada até 31/12/2020.....R\$ 22.499.384,76

Despesas com saúde custeadas por transferências/SUS R\$ 16.346.143,34

Despesas com saúde custeadas com impostos..... R\$ 6.153.241,42

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório apresenta informações relativas à previsão e arrecadação das receitas municipais, fixação e execução das despesas orçamentárias, valores relativos à receita corrente líquida, despesa com pessoal, despesa com educação e saúde. As informações estão expressas de forma clara e sucinta a fim de dar transparência aos dados, cumprindo assim o objetivo do Relatório Circunstanciado.

É o que se tem a relatar.

